Governador Valadares, 31 de março de 2025.

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

REF.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Prezados Senhores

Em atendimento ao requerido na Resolução BCB nº 2 de 2020, e demais normas vinculadas a empresa Opção Administradora de Consórcio Ltda., inscrita sob o nº 20.919.916/0001-57 vem por meio desta disponibilizar as seguintes informações:

I. Balanço Patrimonial;
II. Demonstração do Resultado;
III. Demonstração do Resultado Abrangente;
IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
V. Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
VI. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios.

Elas seguem acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, bem como do relatório da auditoria independente

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados, para acesso público, no site da Administradora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.

Sem mais.

José Luis Ciatti
Contador
CRC MG 053.259/OI-1
CPF 620.688.496/15

Opção Administradora de Consórcio.

IRMÃOS CAMPOS&CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Opção Administradora de Consórcio Ltda

Relatório do Auditor Independente
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

RC/SP021/2025

IRMÃOS CAMPOS&CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 4
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 9
PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO 10
BALANÇO PATRIMONIAL, 11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 12
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, 15
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO, 16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS, 17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023, 18

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Sócios da
OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Caratinga – MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **OPÇÃO Administradora de Consórcio LTDA.** (administradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OPÇÃO Administradora de Consórcios LTDA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

- **Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços**

A Administradora não reconheceu as receitas de taxa de administração de acordo com a Resolução BCB Nº 120/2021 do Banco Central em razão de não haver ainda no mercado um software adequado para apurar suas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, possíveis perdas sobre os saldos a receber de inadimplentes e também não divulgou os impactos das perdas de valores a receber de clientes classificados como instrumentos financeiros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão

descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

- **Ênfase**

A continuidade operacional da administradora depende de aporte de recursos de sócios em seu patrimônio líquido e incremento na sua receita operacional. No exercício encerrado de 31 de dezembro de 2024, a administradora incorreu em um prejuízo total de R$ 446 Mil (Além de prejuízo de R$ 125 Mil, no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2023). Apresentou também passivo circulante comparado ao ativo circulante excedido pelo montante de R$ 579 Mil. Mediante aos fatos, se apresentam significativas incertezas quanto a continuidade operacional da administradora.

- **Demonstrações Contábeis do exercício de 2023**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu Relatório do Auditor Independente em 08 de fevereiro de 2024 com as seguintes ressalvas:

(I) Para o reconhecimento das Receitas com Taxa de Administração, a empresa considerou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, que é apropriada por ocasião do seu efetivo recebimento, havendo o mesmo tratamento contábil para as Despesas com comissões, que são apropriadas quando da realização da venda (Carta-Circular Bacen no. 2.598, de 27.11.1995). A Resolução BCB no. 120, de 27.07.2021, aplicável a partir de 01.01.2022, revogou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, prevendo em seu 7º. que as referidas receitas e despesas devem ser reconhecidas "Pró-rata Temporis", considerando-se os números de dias corridos. A modificação do critério contábil na apropriação das receitas e despesas, de acordo com a Resolução BCB no. 120/2021, pode ter reflexos no Resultado e nas Contas Patrimoniais, em consequência do diferimento desses recursos e gastos, dos impostos sobre faturamento, créditos sobre insumos e impostos sobre lucros. Consequentemente, não foi possível mensurar a relevância ou reflexos no resultado e PLA da empresa.

(II) Estão apresentados na conta ativa "adiantamentos para pagamento de nossa conta", o montante de R$ 142.693,57 relativo a despesas comerciais e administrativas que interferirão no resultado da empresa e consequente desenquadramento do seu PLA – Patrimônio Líquido Ajustado. Este apontamento foi regularizado no 1º semestre de 2024.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração, bem como o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2 SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1 SP 079.347/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos
Cotistas, consorciados, funcionários e parceiros

Em cumprimento ás disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações contábeis do semestre em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do semestre, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, das consolidadas dos recursos de consórcios e das consolidadas das variações das disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis, o relatório dos auditores independentes e principais fatos administrativos do período.

Atualmente, a Opção Administradora de Consórcios Ltda. possuí 13 grupos em andamento, com 2.995 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do semestre 153 bens. Ainda no referido período, registrou um Prejuízo de **R$ 322.135,58** (trezentos e vinte e dois mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) no primeiro segundo de 2024. Patrimônio Líquido de **R$ 533.471,06** (quinhentos e trinta e três mi quatrocentos e setenta e um reais e seis centavos), Ativos Totais de **R$ 1.231.794,36** (um milhão e duzentos e trinta e um mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos) e registrou no segundo semestre Receita Bruta de **R$ 2.207.565,50** (dois milhões duzentos e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos funcionários e colaboradores pela confiança e credibilidade que nos foi depositada.

A ADMINISTRAÇÃO.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

No segundo semestre de 2024 o ERP "PLENO" sofreu descontinuidade, através de comunicado formal da *software house* SinQia. A Administradora migrou de sistema no encerramento do ano, para o sistema SIENS. Logo, todos os esforços do backoffice foram redirecionados para esta atividade desde as etapas preparatórias a partir de outubro de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		**119**	**677**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**698**	**429**
Instrumentos financeiros	*5*	-	501	Fornecedores		210	33
Contas a Receber		4	17	Empréstimos e Financiamentos	*9*	333	267
Impostos a compensar		6	6	Obrigações Trabalhistas	*10*	79	51
Adiantamentos		49	153	Encargos Sociais	*11*	31	26
Outros créditos	*6*	60	-	Impostos e contribuições a recolher	*13*	34	40
				Outros débitos		11	11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.113**	**565**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		-	**333**
				Empréstimos e Financiamentos	*9*	-	333
Outros créditos	6	663	122				
Permanente				**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	*16*	**533**	**480**
Investimentos	8	400	400	Capital Social		1.900	1.400
Imobilizado	*8*	50	43	Reserva de retenção de lucros		(1.367)	(920)
TOTAL DO ATIVO		**1.232**	**1.242**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**1.232**	**1.242**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCICIO
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**13**	**32**	**27**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13	32	27
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(335)**	**(489)**	**(145)**
Receitas de prestação de serviços	*17*	2.208	4.282	4.023
Despesas com pessoal	*18*	(403)	(792)	(560)
Despesas administrativas	*19*	(2.010)	(3.713)	(3.365)
Despesas tributarias	*20*	(212)	(423)	(404)
Outras Despesas Tributárias		(1)	(19)	(8)
Despesas com depreciação e amortização		(5)	(10)	(11)
Outras receitas operacionais		88	186	180
RESULTADO OPERACIONAL		**(322)**	**(457)**	**(118)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	**11**	-
Receitas não operacionais diversas		-	11	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO		**(322)**	**(446)**	**(118)**
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		-	-	**(7)**
Provisão para Imposto de Renda	*11*	-	-	(4)
Provisão para Contribuição Social	*11*	-	-	(3)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(322)**	**(446)**	**(125)**
LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL		**(0,17)**	**(0,23)**	**(0,09)**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(322)	(446)	(125)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	(322)	(446)	(125)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONSÓRCIO Garantia

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SEMESTRE				
Saldos em 01 de Julho de 2024	**1.900**	**(1.044)**	-	**856**
Aumento de Capital	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	(322)	**(322)**
Transferência de saldos	-	(322)	322	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**1.900**	**(1.366)**	-	**534**
EXERCÍCIO				
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**1.400**	**(796)**	-	**604**
Prejuízo do período			(125)	**(125)**
Transferência de saldos		(125)	125	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**1.400**	**(921)**	-	**479**
Aumento de Capital	500			**500**
Prejuízo do período			(446)	**(446)**
Transferência de saldos		(446)	446	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.900**	**(1.367)**	-	**533**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO

ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do período	**(322)**	**(446)**	**(125)**
Valores que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização	5	10	10
Resultado na baixa do ativo imobilizado	4	7	18
Caixa antes das Mutações do Capital de Giro	**(313)**	**(428)**	**(97)**
Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes			
Taxa de administração a receber	5	13	6
Outros créditos	(7)	(202)	(77)
Outros valores e bens	(398)	(295)	(168)
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes			
Fornecedores	140	177	13
Obrigações trabalhistas	-	29	9
Impostos e Contribuições sociais	(1)	5	7
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	-	-	(1)
Impostos e Contribuições a recolher	(13)	(6)	(2)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(587)**	**(707)**	**(310)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições do ativo imobilizado	(8)	(27)	(22)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(8)**	**(27)**	**(22)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Adiantamento para aumento de capital	-	500	-
Empréstimos e financiamentos	(182)	(267)	536
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(182)**	**233**	**536**
AUMENTO DE CAIXA LÍQUIDO	**(777)**	**(501)**	**204**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES	**(777)**	**(501)**	**204**
Disponibilidades no início do período	777	501	297
Disponibilidades no final do período	-	-	501

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONSÓRCIO Garantia

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
ATIVO			
CIRCULANTE		**19.617**	**18.157**
Disponibilidades		**6.263**	**5.997**
Depósitos bancários		676	49
Aplicações financeiras	4.1	609	1.120
Aplicações vinculadas a contemplações	*4.1*	4.978	4.828
Outros créditos		-	-
			-
Direitos junto a consorciados contemplados		**13.354**	**12.160**
Normais		12.890	11.714
Em atraso		142	182
Em cobrança judicial		322	264
COMPENSAÇÃO	*4.11*	**87.825**	**75.666**
Previsão mensal recursos a receber	*4.4*	1.251	1.133
Contribuições devidas ao grupo		45.130	38.706
Valor dos bens ou serviços a contemplar	*4.5*	41.444	35.827
TOTAL DO ATIVO		**107.442**	**93.823**

	Notas	2024	2023
PASSIVO			
CIRCULANTE		**19.617**	**18.157**
Obrigações com consorciados	*4.6*		
Grupos em formação		12	-
Recebimentos não identificados		25	-
Contribuições de consorciados não contemplados		10.094	9.724
Valores a repassar	*4.7*	369	388
Obrigações contemplações a entregar	*4.8*	4.966	4.828
Recursos a devolver a consorciados	*4.9*	2.612	2.052
Recursos do Grupo	*4.10*	1.539	1.165
COMPENSAÇÃO	*4.11*	**87.825**	**75.666**
Recursos mensais a receber		1.251	1.133
Obrigações do grupo por contribuição		45.130	38.706
Créditos a disposição consorciado		41.444	35.827
TOTAL DO PASSIVO		**107.442**	**93.823**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	**6.355**	**5.997**	**6.325**
Depósitos bancários	43	50	59
Aplicações financeiras	1.144	1.119	1.739
Aplicações vinculadas a contemplações	5.168	4.828	4.527
RECURSOS COLETADOS	**13.421**	**26.280**	**24.370**
Contribuições Aquisição de bens	10.449	20.609	18.927
Taxa Administração	2.095	3.967	3.515
Contribuições Fundo de Reserva	170	344	302
Rend. Aplicações Financeira	247	506	576
Multas e juros moratórios	56	116	110
Prêmios de seguros	215	446	489
Outros	189	292	451
RECURSOS UTILIZADOS	**(13.512)**	**(26.013)**	**24.702**
Aquisição de bens	(10.535)	(20.309)	18.204
Taxa de Administração	(2.107)	(3.977)	3.515
Multas e Juros Moratórios	(28)	(59)	55
Prêmios de Seguros	(217)	(448)	489
Consorciados Desligados - Pagamentos	(216)	(575)	1.525
Outros	(409)	(645)	914
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	**6.264**	**6.264**	**5.996**
Depósitos bancários	676	676	49
Aplicações financeiras	621	621	1.119
Aplicações vinculadas a contemplações	4.967	4.967	4.828
Recursos de Grupos em Formação	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Administradora, quando aplicável, com exceção a Resolução BCB nº120 no item 2b: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte do seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2025.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

Em 12 de dezembro de 2024 foi publicada a Resolução BCB nº 444, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre o funcionamento das administradoras de consórcios. Tal alteração determina prazos e percentuais de subtração das operações passivas relativas às receitas com taxas de administração recebidas de forma antecipada no cálculo do limite de alavancagem e entrou em vigor na data da sua publicação.

Em consonância com a Resolução acima, em 09 de janeiro de 2025 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 582, que dispõe sobre o cálculo do limite de alavancagem aplicável as administradoras de consórcios a qual detalha a composição das operações passivas e do saldo dos recursos de consórcios de acordo com os subgrupos contábeis. Essa Instrução Normativa também entrou em vigor na data da sua publicação.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

As políticas contábeis adotadas pela administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela opção para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários O Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente

do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("*accrual*") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;

- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos da Administradora são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários (Nota 5). A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar".

3.4. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.5. Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

3.6. Investimentos

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

3.7. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os

decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

3.8. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

3.10. Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

3.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de

recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

3.12. Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.13. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da administradora é o Real.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1. Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró rata dia.

4.3. Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

4.4. Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

4.5. Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

4.6. Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados – valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados – valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

4.7. Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

4.8. Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

4.9. Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

4.10. Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

4.11. Compensação

Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

Contribuições Devidas ao Grupo e Suas Obrigações de Grupo por Contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados – Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R$ 122 Mil, (em 31/12/2024) e R$ 47 mil (em 30/06/2024).

	31/12/2024	31/12/2023
FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	-	501
	-	**501**

Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras da administradora são compostas por fundos cujos títulos são mantidos até o vencimento, sem intenção de negociação, o objetivo de tais operações são exclusivamente para fluxo de caixa, e, como já citado, podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a administradora.

Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos: Em virtude da não adoção da Resolução BCB nº 120/2021 (objeto de ressalva no Relatório do auditor independente) por não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, não é possível mensurar os impactos estimados da provisão para perdas, cabe ressaltar que atualmente a administradora escritura sua receita pelo regime de caixa, neste cenário os consorciados inadimplentes são ajuizados a depender do tempo e percentual de atraso, e em último caso há a apreensão do bem e tentativa de venda com a finalidade de abater o valor do saldo devedor. Nos casos em que há o encerramento do grupo com consorciados ajuizados, o montante é transferido para as contas de compensação da administradora e, a depender da relevância, a cobrança segue sendo realizada. Se, no momento do

encerramento haver necessidade, a administradora deve realizar aporte para cobrir possíveis prejuízos no grupo causado pela inadimplência.

NOTA 6. OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA	7	-
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	53	-
	60	**-**

LONGO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	663	122
	663	**122**

NOTA 7. INVESTIMENTOS

	31/12/2024	31/12/2023
TERRENOS DE NÃO USO	194	194
EDIFICAÇÕES	206	206
	400	**400**

NOTA 8. IMOBILIZADO

			31/12/2024	31/12/2023
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO	SALDO LÍQUIDO
COTAS DE CONSÓRCIO	22	-	22	6
MOBILIÁRIO	12	(4)	8	8
COMPUT. E PERI.	48	(28)	20	29
	82	**(32)**	**50**	**43**

	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			
CUSTO AQUISIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2023	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDOS EM 31/12/2024
COTAS DE CONSÓRCIO	6	25	(8)	23
MOBILIÁRIO	28	1	-	29
COMPUT. E PERI.	47	-	(17)	30
	81	**26**	**(25)**	**82**
(-) DEPRECIAÇÕES	(38)	(10)	16	(32)
	43	**16**	**(9)**	**50**

CUSTO AQUISIÇÃO	MOVIMENTAÇÃO DO SEMESTRE			
	SALDOS EM 30/06/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDOS EM 31/12/2024
COTAS DE CONSÓRCIO	19	8	(4)	23
MOBILIÁRIO	12	-	-	12
COMPUT. E PERI.	64	-	(17)	47
	95	**8**	**(21)**	**82**
(-) DEPRECIAÇÕES	(44)	(5)	17	**(32)**
	51	**3**	**(4)**	**50**

NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
CÉDULA DE CRÉDITO – BRADESCO	333	267
	333	**267**
LONGO PRAZO		
CÉDULA DE CRÉDITO – BRADESCO	-	333
	-	**333**

NOTA 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2024	31/12/2023
SALÁRIOS A PAGAR	37	30
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	42	21
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS	-	-
	79	**51**

NOTA 11. ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
INSS A PAGAR	18	16
FGTS A PAGAR	4	3
IRRF S/ FÉRIAS	9	7
	31	**26**

NOTA 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE LUCRO

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%. O saldo da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica a pagar no final do 2º semestre de 2024 é R$ 0,00 mil.

IRPJ	2º SEMESTRE 2024	2024	2023
BASE CONTÁBIL	**-**	**-**	**43**
(+) ADIÇÕES	-	-	-
(-) EXCLUSÕES	-	-	(13)
(=) BASE PARA O IRPJ	**-**	**-**	**30**
(+) CALCULADO A 15%	-	-	4
(+) ADICIONAL DE 10%	-	-	-
(=) TOTAL DO IRPJ	**-**	**-**	**4**
(=) IMPOSTO DE RENDA - DESPESA	**-**	**-**	**4**
(-) ANTECIPAÇÕES	-	-	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	-	-	-

CSLL	2º SEMESTRE 2024	2024	2023
BASE CONTÁBIL	**-**	**-**	**43**
(+) ADIÇÕES	-	-	-
(-) EXCLUSÕES	-	-	(13)
(=) BASE PARA O CSLL	-	-	**30**
(+) CALCULADO A 9%	-	-	3
(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DESPESA	**-**	**-**	**3**
(-) ANTECIPAÇÕES	-	-	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	-	-	-
	-	**-**	**3**

IRPJ/CSLL – A RECOLHER	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
	-	**-**

NOTA 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre serviços	17	17
PIS	2	3
COFINS	11	13
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	3	3
RETENÇÃO CONFORME LEI 10.833/03	1	4
	34	**40**

NOTA 14. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

NOTA 15. PROVISÕES

Passivos Contingentes Prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos com risco de perda provável em 31 de dezembro de 2024 montam o valor de R$ 0,00 (R$ 0,00 em 30 de junho de 2024).

Passivos Contingentes Possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos cíveis com risco de perda possíveis em 31 de dezembro de 2024, montam o valor de R$ 100 mil (R$ 4 mil em 30 de junho de 2024). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R$ 1.900.000,00 (Um Milhão) e está representado por 1.900.000,00 (Um Milhão) cotas no valor de R$ 1,00 cada;

NOTA 17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

		EXERCÍCIO	
	2º SEMESTRE 2024	2024	2023
TAXA ADMINISTRAÇÃO	2.208	4.282	4.023
	2.208	**4.282**	**4.023**

NOTA 18. DESPESAS COM PESSOAL

	2º SEMESTRE 2024	EXERCÍCIO 2024	2023
PESSOAL - BENEFÍCIOS	69	134	83
PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS	97	186	148
PESSOAL - PROVENTOS	237	472	329
	403	**792**	**560**

NOTA 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º SEMESTRE 2024	EXERCÍCIO 2024	2023
ÁGUA E LUZ	25	57	41
ALUGUÉIS	67	138	116
COMUNICAÇÕES	23	43	65
HONORÁRIOS	122	244	244
PROCESSAMENTO DE DADOS	211	404	603
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	86	155	151
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIAL	506	872	930
VIAGENS NO PAÍS	314	477	190
DESPESA DE MATERIAL	5	22	34
DESPESAS DE SERVIÇOS SIST. FINAN.	113	150	96
DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERC.	514	1.093	825
OUTRAS DESPESAS ADMINIS.	19	48	70
	2.010	**3.713**	**3.365**

NOTA 20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2024	EXERCÍCIO 2024	2023
DESPESAS DE COFINS	113	203	173
DESPESAS DE PIS	81	101	38
DESPESAS DE ISS	18	119	193
TOTAL	**212**	**423**	**404**

NOTA 21. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte posição:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
QUANTIDADE DE GRUPOS EM ANDAMENTO	13	12
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	3.663	3.302
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO EXERCÍCIO	445	333
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES, ACUMULADO	2.285	1.840
BENS PENDENTES DE ENTREGA ACIMA DE 30 DIAS	153	317
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCL. NO EXERCÍCIO	126	154
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS, ACUMULADO	2.436	2.310
TAXA MÉDIA DE INADIMPLÊNCIA	18,24%	23,07%

NOTA 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

NOTA 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações financeiras.

ASSINADO DIGITALMENTE
OPCAO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO